

FÓRUM DE DIREITO URBANO E AMBIENTAL

ano 21 - n. 125 | setembro/outubro - 2022 Belo Horizonte | p. 1-239 | ISSN 1676-6962 Fórum de Dir. Urbano e Ambiental – FDUA



SUMÁRIO

DOUTRINA

ARTIGOS

O estado de coisas ecoinconstitucionais e todos os mitos do Direito Ambiental brasileiro	
Georges Louis Hage Humbert	
As exigências formais para o parcelamento do solo urbano veiculadas em lei que induzem a informalidade urbana	
Vinícius Loss21	
JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	
ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA	
ADPF – Direito Constitucional Ambiental – Decreto Presidencial nº 10.224/20 – Exclusão da sociedade civil do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente – Decreto Presidencial nº 10.239/20 – Exclusão dos governadores do Conselho Nacional da Amazônia – Decreto Presidencial nº 10.223/20 – Extinção do Comitê Orientador do Fundo Amazônia – Alegada afronta à proteção ao meio ambiente e proibição ao retrocesso ambiental.	
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 651/DF	
Supremo Tribunal Federal53	
ADPF – Direito Constitucional Ambiental – Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima (Fundo Clima) – Não destinação dos recursos voltados à mitigação das mudanças climáticas – Inconstitucionali- dade – Violação a compromissos internacionais.	
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 708/DF	
Supremo Tribunal Endoral	

de uso do entorno – Supressão de marcos regulatórios ambie Retrocesso socioambiental.	ntais –
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 748	3/DF
Supremo Tribunal Federal	179
EMENTÁRIO	
AÇÃO CIVIL PÚBLICA	
ADMINISTRATIVO	215
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTECONSTITUCIONAL	215 219
DANO AMBIENTAL	
INFRAÇÃO AMBIENTAL	
LICENCIAMENTO AMBIENTAL	230
TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS	
DANO AMBIENTAL	235
RESSARCIMENTO	
INFORMATIVO DE LEGISLAÇÃO	237
INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES	239

ADPF – Resolução CONAMA nº 500/2020 – Licenciamento de empreendimentos de irrigação – Parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente de reservatórios artificiais e regime